



CONTRATO DE PARCERIA ADVOCATÍCIO.

PARCEIRA₁: META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI.

PARCEIRA₂: Geraldo Epifanio Paulino - OAB/PE 53.928



CONTRATO DE PARCERIA ADVOCATICA COM CONFIDENCIALIDADE

PARCEIRA 1: Pelo presente instrumento particular a Empresa META TECNOLOGIA TRIBUTARIA EIRELI, inscrito no CNPJ: 01.995.108.0001-24, sede profissional na Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business - Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030.

De outro lado Geraldo Epifanio Paulino, brasileiro, casado, Advogado, inscrito sob o CPF nº 583.703.231-20, inscrito na OAB/PE 53.928, domiciliado na rua Manoel Borba - n.40 - Sala 03 - Bairro São José - Garanhuns/PE, CEP: 55.295-020, doravante denominado **PARCEIRA 2**. Estabelecem o presente instrumento particular, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Tem entre si justo e acordado o presente CONTRATO DE SERVIÇO E PARCERIA, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO.

CLAUSULA 1º- O objetivo do presente contrato é dar suporte jurídico a PARCEIRO 1, atendendo suas necessidades legais, cabendo O PARCEIRO 2, a prestação de serviços o advogado, regularmente inscrito nos quadros da OAB, com formação em pós-graduação, MBA, mestrado ou doutorado em governança e Pós-Graduado em Gestão Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência, para a Consultoria e Assessoria Jurídica em esfera administrativa/extrajudicial, dentro do território nacional, com vigência imediata.

Parágrafo primeiro. Em havendo necessidade dos serviços de Advocacia da PARCEIRA 2 na esfera judicial, em que a PARCEIRO 1, figure no polo passivo ou ativo, em que a PARCEIRA 2 preste atendimento jurídico em todas as instâncias em especial das áreas cível e tributária, os honorários serão pactuados individualmente, caso a caso, mediante contrato específico.

CLAUSULA 2º- A cobertura do presente serviço, acertado neste instrumento, consistirá em: prestar consultoria e assessoria jurídica a PARCEIRO 1, em suas atividades profissionais, dando todo suporte necessário para atender suas necessidades legais em defesa de seus direitos e interesses junto a seus clientes, contratantes, imprensa e demais que se fizerem necessárias, assim como, orientações administrativas, jurídicas e extrajudiciais Treinamento Capacitação de equipe técnica composta de servidores efetivos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO, e Acompanhamento da análise dos pleitos Monitoramento dos pleitos com a verificação dos valores aprovados.

CLAUSULA 3º- A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO se dá pela contraprestação, onde será indicado pelo PARCEIRA 1 ao PARCEIRO 2, por meio de documentos os determinados cliente, em que o PARCEIRO 2 iniciará os trabalhos e apresentando os relatórios do trabalho prestado.

Parágrafo primeiro. A PARCEIRA 1, disponibilizara todo e qualquer auxilio que o PARCEIRO 2 precisar.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

CLAUSULA 4º- O PARCEIRO 2, atuará prestando os seguintes serviços quando necessário:

- 4.1- Consultoria e aconselhamento jurídico.
- 4.2- Treinamento e capacitação de equipe técnica composta de servidores efetivos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIOS.
- 4.3- Acompanhamento da análise dos pleitos/ Monitoramento dos pleitos com a verificação dos valores aprovados dos clientes de RPPS.
- 4.4- Requerimento, acompanhamento e expedições de documentos.
- 4.5- Negociação quando necessário.
- 4.6- Elaboração de pareceres jurídicos escritos.
- 4.8- Relatório de andamento se serviços, sempre que houver uma operação em andamento da PARCEIRA 1.

Parágrafo primeiro. Na prestação de serviço no item 4.8, o relatório dos serviços será de 15 em 15 dias.

CLAUSULA 5º- A PARCEIRA 2 se obriga a apresentar a PARCEIRA 1, todos os documentos e informações necessárias ao bom e fiel cumprimento do presente contrato, quando solicitado, dentro da data apazada especificada.

Parágrafo primeiro. O PARCEIROS 2 autoriza desde já, o uso dos documentos para a participação no quadro da empresa perante os serviços prestados a terceiros.

Paragrafo segundo. AS PARTES concordam entre si que a utilização dos documentos do PARCEIRO 2 no quadro da empresa apresentados a terceiros não gera prestação de serviço.

CLAUSULA 6º- A PARCEIRA 1 se obriga a custear todas as despesas judiciais e extrajudiciais necessárias para o fiel cumprimento do presente contrato, tais como, certidões, custas judiciais, perícias, taxas, impostos, autenticações, verbas de sucumbência, deslocamentos, viagens por via aérea ou terrestre, diárias e demais despesas porventura existentes, que serão suportadas pela PARCEIRA 1, Em contrapartida, obriga-se a PARCEIRA 2 a comprovar tais despesas, através de recibos, notas fiscais, certidões ou outros documentos hábeis.

Parágrafo primeiro. A PARCEIRA 2 se dispõe a efetuar viagens por todo o território nacional para realização dos atos previstos nesse instrumento, quando se fizerem necessárias, sempre a expensas do DA PARCEIRA 1, Sempre com aviso prévio.

Parágrafo segundo. No caso da PARCEIRA 2 necessitar afastar-se por algum período, ou mesmo necessitar ser representado em outra cidade/estado, a PARCEIRA 1 autoriza, desde já, o substabelecimento dos poderes, com reservas, conferidos pela devida procuração.

Parágrafo terceiro. As viagens, porventura existentes, deverão ser requeridas e autorizadas expressamente pela PARCEIRA 1, porém, caso contrariado o parecer da PARCEIRA 1, quanto à necessidade da viagem, este se exime de responsabilidade pela omissão presencial.

DOS HONORÁRIOS.

CLAUSULA 6º- Fica estabelecido que os honorários para a Parceria de Serviços de Assessoria Jurídica, previstos nesse instrumento, onde será combinado entre ambos o valor estipulado, onde será pago no êxito, e conforme estabelecido neste contrato. Conforme o recebimento do órgão público na emissão da nota e conferência no portal da transparência de cada cliente.

DA VIGENCIA E RESCISÃO

CLAUSULA 7º- O presente contrato terá duração por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, mediante prévia e expressa notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Subsistirão, no entanto, as obrigações recíprocas as relativas às demandas em andamento, que deverão continuar a serem cumpridas assim como os honorários estabelecidos.

Parágrafo único. Cabe as partes acordarem entre-se as demandas em andamento como também ao pagamento caso haja rescisão deste contrato.

CONDIÇÕES GERAIS

CLAUSULA 8º- O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes.

CLAUSULA 9º- O presente instrumento não implica, em absoluto, nenhuma relação de emprego ou trabalhista, não havendo subordinação ou coordenação de quaisquer das partes entre si, que trabalharão com independência e direcionadas no objetivo de proporcionarem aos clientes em comum o aparato técnico especializado com vistas a partilharem os frutos vindouros.

CLAUSULA 10º- Fica acertado entre as partes que as informações prestadas entre as mesmas serão consideradas confidenciais e deverão ser mantido em absoluto sigilo por ambas. Sobretudo no que tange aos trabalhos técnicos-jurídicos desenvolvidos pelo PARCEIRA 2 a PARCEIRA 1 deverá reservar sigilo perante terceiros. A obrigação de confidencialidade disposta nesta cláusula perdurará mesmo após o término, rescisão ou extinção do presente contrato, resguardando todo e qualquer dado entre a parte. Conforme a lei de sigilo de dados nº 13.709/20.

DO FORO

CLAUSULA 11º- Fica eleito o Foro da cidade de Goiânia-GO para se dirimir eventuais dívidas ou pendências oriundas deste contrato.

E por estarem justas e acertadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de iguais Ter e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

12 de janeiro de 2023. Goiânia-GO.

META TECNOLOGIA
TRIBUTARIA
EIRELI:01995108000124

Assinado de forma digital por
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA
EIRELI:01995108000124
Dados: 2023.01.12 16:48:15
-03'00'

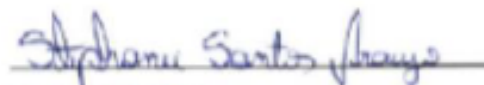
PARCEIRA 1: Meta Tecnologia tributaria



PARCEIRA 2: Geraldo Epifanio
Paulino - OAB/PE 53.928



TESTEMUNHA 1.



TESTEMUNHA 2.





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

GERALDO EPIFANIO PAULINO

FILIAÇÃO

JOSE EPIFANIO DA SILVA
MARIA NAZARE PAULINO

NATURALIDADE

JACARAÚ-PB

RG

1.100.083 - SSP/DF

DATA DE NASCIMENTO

02/05/1969

CPF

583.703.231-20

VIA

EXPECI000 EM

11/02/2021

BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA
PRESIDENTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSOS RECONHECIDOS PELO GOVERNO FEDERAL (DECRETOS Nºs 74.017, 72.844 e 72.845)

CERTIFICADO

O Diretor do Instituto de Ciências Sociais, da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal no uso de suas atribuições regimentais, certifica que

GERALDO EPIFANIO PAULINO concluiu o curso de

DIREITO, tendo colado grau em 18 Agosto 1994 .

Brasília-DF, 18 Agosto 1994.

Profª ROSA MARIA ARAÚJO MORAIS
Secretaria do ICS

Profº LIVALDO JOSÉ MALVEIRA ALVES
Diretor do ICS



FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA

O Diretor Geral da FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista GERALDO EPIFANIO PAULINO

de nacionalidade Brasileira natural de Jacaraú - PB
nascido (a) em 02 de maio de 1969, identidade nº 1100083 - SSP/DF
ter concluído, em 04 de julho de 2013, o Curso de

Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência

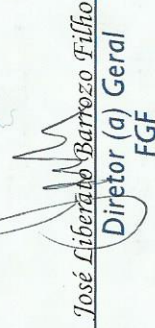
cumprido a carga horária de 420 horas outorga-lhe o presente Certificado

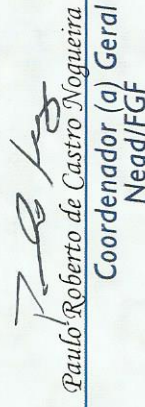
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.



Aluno

Fortaleza, 08 de agosto de 2013


José Liberato Barrozo Filho
Diretor (a) Geral
FGF


Paulo Roberto de Castro Nogueira
Coordenador (a) Geral
Nead/FGF